Estado de Santa Catarina

Municipio de Anchieta

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

TERCEIRO Quadrimestre de 2023

Lei Complementar n°101/2000, Art. 9°, § 4°

ATA nº 156

Às treze horas e trinta minutos do dia 27 de fevereiro de 2024, reuniram-se na Câmara de Vereadores do Município de Anchieta, cito à Rua Vereador Geraldo Garlet, os integrantes responsáveis pela realização da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2023, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o público em geral. A Contadora Eliza Diesel, fez a abertura da audiência e, logo após, falou da receita arrecadada no exercício financeiro de 2023, sendo esta de R$ 38.483.841,44, ou seja, com uma média mensal de R$ 3.206.986,79, detalhando-a, em seguida, por categoria econômica. Em se tratando da Receita Corrente Líquida, fora repassada que a mesma atingiu, nos últimos doze meses, R$ 34.689.635,32. Quanto às despesas, constatou-se que o total empenhado até o quadrimestre foi de R$ 38.992.786,85, sendo estas apresentadas por Função de Governo. Assim sendo, o resultado do confronto das receitas arrecadadas com as despesas empenhadas demonstra valores negativos, na ordem de R$ 508.945,41. Destacou-se ainda, que foram abertos R$ 5.695.022,49 de superávit financeiro dos exercícios anteriores, durante o ano de 2023. Neste momento, a palavra fora passada a Auditora de Controle Interno, Fernanda Frizzo Crivelatti, que abordou, primeiramente, acerca da aplicação dos recursos em Saúde, que atingiram 28,14%, evidenciando o cumprimento do constante no Art. nº 198 da Constituição Federal, combinando com o disposto no § 1º do Art. n°77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Analisando as despesas realizadas com Saúde, no montante de R$ 12.401.049,54, constatou-se que R$ 4.689.236,66 foram realizados com recursos vinculados e outras fontes, enquanto que R$ 7.711.812,88 foram realizados com recursos próprios. Conforme demonstrado na Audiência, os gastos realizados com Educação atingiram 30,98% das receitas resultantes de impostos e transferências, ultrapassando, portanto, o percentual mínimo exigido de 25%. De acordo com os dados apresentados, o Município aplicou na função educação o montante total de R$ 10.784.240,96. No tocante à aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério, fora gasto até o quadrimestre em análise o montante de R$ 4.829.401,16 o que equivale a 98,06% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício, isto é, encontra-se cumprindo com o disposto na legislação vigente, que estipula uma aplicação mínima de 70%. Ainda nesta Audiência fora demonstrada a despesa realizada com pessoal, o Poder Executivo atingiu 50,72% e o Poder Legislativo 2,05%, ficando ambos abaixo dos limites prudencial e máximo, em relação a Receita Corrente Líquida do Município, atendendo o disposto no Art. n°20, Inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto as despesas com pessoal, no Consolidado, tem-se um percentual de 52,77%, ou seja, abaixo dos limites prudencial e máximo de 57 e 60%, respectivamente. Para finalizar, Fernanda, agradeceu a atenção de todos e não havendo nada mais a tratar, encerrou a Audiência, da qual lavrou-se a presente ata.

Anchieta(SC), 27 de fevereiro de 2024.